

[...]  
 775 — Helena Sofia Marques Figueiredo.  
 [...] —  
 1194 — Maria da Conceição Lopes Escalreira.  
 [...] —  
 1212 — Maria de Fátima dos Anjos Bigail.  
 [...] —  
 1879 — Sofia Maria Silva Pereira.»

deve ler-se:

«Candidatos admitidos para prestação de provas em Lisboa:

[...]  
 76 — Ana Cristina Carujo Dimas.  
 [...] —  
 586 — Dalila David Coelho.  
 [...] —  
 797 — Inês Lourenço Espada das Neves.  
 [...] —

Candidatos admitidos para prestação de provas em Coimbra:

[...]  
 2087 — Zélia Margarida Cardoso Quinteiro.  
 [...] —

Candidatos admitidos para prestação de provas no Porto:

17 — Alcinda Ema Campos Santos Dias.  
 [...] —  
 775 — Helena Sofia Ferraz Marques Figueiredo.  
 [...] —  
 1194 — Maria da Conceição Lopes Escalreira de Sousa.  
 [...] —  
 1212 — Maria de Fátima dos Anjos Santos Bigail.  
 [...] —  
 1879 — Sofia Marisa Silva Pereira.»

2 de Maio de 2006. — Pela Directora, o Director-Adjunto, *José António Branco*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

**Despacho (extracto) n.º 10 605/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 20 de Abril de 2006 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Nelson David Madaleno Soares, técnico de justiça auxiliar dos serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Vila Praia da Vitória — autorizada a permuta por transição para o Tribunal de Comarca e do Tribunal de Instrução Criminal de Évora.  
 Nuno Filipe Moreirinha Nabo, escrivão auxiliar do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Instrução Criminal de Évora — autorizada a permuta por transição para os serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Vila Praia da Vitória.

(Aceitação: oito dias.)  
 (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

**Despacho (extracto) n.º 10 606/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 20 de Abril de 2006 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Cristina Maria Pereira de Matos, escrivã auxiliar do Tribunal do Trabalho de Sintra — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Cascais.

Maria Luísa Branco Gomes de Sousa Maia, escrivã auxiliar do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Cascais — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Trabalho de Sintra.

(Aceitação: dois dias.)  
 (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

**Despacho (extracto) n.º 10 607/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 21 de Abril de 2006 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Maria Rosalina Xavier da Costa Reis, escrivã de direito da Secção de Serviço Externo do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Fama-

licão — autorizada a permuta para idêntico lugar da Secção Central do Serviço Externo do Tribunal da Comarca de Vila do Conde.  
 José Luís Santos Pinheiro Chouriço, escrivão de direito da Secção Central do Serviço Externo do Tribunal da Comarca de Vila do Conde — autorizada a permuta para idêntico lugar da Secção do Serviço Externo do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão.

(Aceitação: dois dias.)  
 (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

**Despacho (extracto) n.º 10 608/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 21 de Abril de 2006 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Jorge Manuel Paulino Pereira, escrivão-adjunto do Tribunal da Comarca de Torres Vedras — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca da Lourinhã.

Perpétua Maria da Luz Salgado Bruges, escrivã-adjunta do Tribunal da Comarca da Lourinhã — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Torres Vedras.

(Aceitação: dois dias.)  
 (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

**Despacho (extracto) n.º 10 609/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 21 de Abril de 2006 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

José António Dias da Silva Pereira, escrivão-adjunto do Tribunal do Trabalho das Caldas da Rainha — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha.

Ana Bela Leite dos Santos Oliveira Cordeiro, escrivã-adjunta do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Trabalho das Caldas da Rainha.

(Aceitação: dois dias.)  
 (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Despacho n.º 10 610/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 20 de Abril de 2006 do director-geral:

Licenciada Maria Margarida Morais Bastos Gil Oliveira, conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para o lugar de conservadora da 8.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa e exonerada à data da posse do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 10 611/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 21 de Abril de 2006 do director-geral:

Licenciada Maria Manuela Ribeiro de Lemos Pinto, conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra a exercer interinamente as funções de conservadora da 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — requisitada para exercer funções de inspectora extraordinária no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Maio de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 10 612/2006 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 21 de Abril de 2006:

Licenciado António Manuel Soares Bellegarde Machado, conservador do Registo Predial da Guarda — autorizada a prorrogação da requisição como inspector extraordinário no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 8 de Maio de 2006.

Licenciado César Gomes, ex-notário afecto à 8.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — autorizada a prorrogação da requisição como inspector extraordinário no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 25 de Maio de 2006.

Licenciado José Manuel Pinho Martins, conservador do Registo de Automóveis de Lisboa — autorizada a prorrogação da requisição como inspector extraordinário no Serviço de Avaliação e Inspeção desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 10 de Maio de 2006.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 10 613/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 21 de Abril de 2006 do director-geral:

Licenciado José Alexandre Gonçalves Coelho, conservador do Registo Predial de Estremoz — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 22 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 10 614/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 24 de Abril de 2006 do director-geral:

Licenciada Almerinda da Conceição Esteves Rolo de Andrade, conservadora dos Registos Civil e Predial de Vila de Rei — nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Predial de Abrantes.

Licenciado José Mário Araújo Oliva Teles, conservador do Registo Civil do Fundão — nomeado para o lugar de conservador dos Registos Civil, Predial e Notário de Sernancelhe e exonerado à data da posse no novo lugar.

Licenciado Manuel António Fernandes Alves, notário do Cartório Notarial de Penalva do Castelo — nomeado para o lugar de notário do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Viseu e exonerado à data da posse no novo lugar.

Licenciada Sónia Alexandra Jorge Filipe Gonçalves Silva, conservadora dos Registos Civil e Predial de Azambuja — nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Civil de Vila Franca de Xira.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Secretaria-Geral

**Despacho (extracto) n.º 10 615/2006 (2.ª série).** — Por despachos de 5 e de 21 de Abril de 2006 do presidente do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., e da secretária-geral-adjunta do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, respectivamente:

Maria Jarmela Palos Gomes Ferreira, chefe de secção do quadro de pessoal do INETI, I. P. — requisitada para exercer funções de secretariado junto do Controlador Financeiro deste Ministério, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Direcção-Geral do Turismo

**Anúncio n.º 82/2006 (2.ª série).** — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, notifica-se o representante legal de Maria Natividade Pereira Maia, proprietária e exploradora da Pensão Natividade, sita em Anadia, na Curia, freguesia de Tamenços, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, para, no prazo de 10 dias, informar do que se lhe oferecer quanto à previsão de caducidade da autorização de abertura da unidade hoteleira, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho,

na redacção actual, uma vez que pelas vias normais não foi possível notificar a interessada.

26 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Margarida Carmo*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

**Portaria n.º 915/2006 (2.ª série).** — Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 2 do artigo 157.º daquele diploma que, por portaria do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético Municipal de Guimarães é constituído pelos seguintes vogais:

#### Representantes dos caçadores:

António José Oliveira da Silva Machado;  
Francisco de Assis Machado da Silva Pereira;  
Luís Miguel da Rocha Marques Rodrigues;

#### Representantes dos agricultores:

Francisco Martins Teixeira;  
João Pereira Ribeiro;

#### Representante das organizações não governamentais do ambiente:

António Freitas Cardoso;

#### Autarca de freguesia:

Carlos Remísio Dias de Castro;

#### Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais:

José Manuel Barbosa de Pinho.

2.º Em caso de impedimento de qualquer dos vogais, pode o mesmo fazer-se representar por um substituto devidamente credenciado pela organização que representa.

24 de Abril de 2006. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 10 616/2006 (2.ª série).** — Com fundamento no artigo 6.º do Regulamento da Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959, aprovado pelo Decreto n.º 44 623, de 10 Outubro de 1962:

Determino que seja concedido à Associação de Caçadores de Cabeção, o exclusivo de pesca desportiva na albufeira do ribeiro do Vale da Azenha, herdade da Asseiceira, freguesia de Cabeção, concelho de Mora, nas condições que a seguir se indicam:

1 — A concessão de pesca abrange uma área aproximada de 0,25 ha.

2 — O prazo de validade da concessão é de 10 anos, a contar da data de publicação do respectivo alvará, podendo este ser cancelado sempre que for julgado conveniente ao interesse público ou não houver cumprimento do estabelecido no respectivo alvará.

3 — A taxa devida anualmente pela concessão é de € 1,50 de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do Decreto n.º 44 623, alterados pelo Decreto-Lei n.º 131/82, de 23 de Abril.

4 — A importância referida no número anterior constitui receita da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

5 — O pagamento da taxa, referente ao ano em que a concessão de pesca entra em vigor, far-se-á no acto da entrega do alvará e será devida por inteiro.

6 — A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do Regulamento desta concessão, aprovado pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais.